



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM- 27 a 28 de agosto de 2007

## **Ilha Grande: turismo, atores sociais e traduções locais (Vila do Abraão e Vila do Aventureiro)<sup>1</sup>**

Teresa Cristina de Miranda Mendonça<sup>2</sup>

Instituto Multidisciplinar (IM) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

### **Resumo**

Tendo o turismo como uma atividade produtiva moderna, que é absorvida de maneiras distintas pelos modos de produção locais, este artigo, baseado em uma perspectiva antropológica, busca identificar a produção de significados sobre o fenômeno turístico, de acordo com a diversidade de visões e modos de vidas dos atores sociais que conformam a Ilha Grande (Angra dos Reis / RJ), identificados em pesquisa de campo. O foco de reflexão sobre os modelos desenvolvidos pela Vila do Abraão, onde são reconhecidas as traduções da chamada “explosão do turismo” e pela Vila do Aventureiro, que apresenta um modelo caracterizado como de base comunitária, privilegia o papel dos atores sociais no processo como elemento fundamental para a construção de estratégias de desenvolvimento local, traduzidas, não apenas pela lógica do mercado, mas pela interação sociocultural instituída no local.

**Palavras-chave:** Ilha Grande; turismo; atores sociais; desenvolvimento local

### **Introdução**

Tendo o turismo como uma atividade produtiva moderna, que é absorvida de maneiras distintas pelos modos de produção locais, este artigo busca identificar a produção de significados sobre o fenômeno turístico, de acordo com a diversidade de visões e modos de vidas dos atores sociais que conformam a Ilha Grande (Angra dos Reis / RJ), identificados em pesquisa de campo. Território complexo e diversificado, composto por diferentes grupos e indivíduos, que são impactados pelo turismo de forma diferenciada. O foco de reflexão sobre os modelos desenvolvidos pela Vila do Abraão, onde são reconhecidas as traduções da chamada “explosão do turismo” e pela Vila do Aventureiro, que apresenta um modelo caracterizado como de base comunitária, privilegia o papel dos atores sociais no processo como elemento fundamental para a construção de estratégias de desenvolvimento local,

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado GT - Interfaces com a Gestão de Negócios do IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo.

<sup>2</sup> Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (Programa EICOS/IP/UFRRJ). Aluna de doutorado do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPCIS/UERJ), com ênfase na Antropologia. (E-mail: teresam@ufrj.br / tecaturismo@yahoo.com.br)



traduzidas, não apenas pela lógica do mercado, mas pela interação sociocultural instituída no local.

O presente artigo busca, então, refletir sobre algumas questões que envolvem a dinâmica social do turismo e que uma perspectiva antropológica ajudaria a compreender. O olhar antropológico sobre o objeto busca penetrar na dinâmica interna, com enfoque em suas dimensões culturais e interculturais procurando ter foco sobre um conjunto de práticas sociais que estabelecem uma relação complexa onde estão envolvidos diversos agentes individuais e institucionais (STEIL, 2002). Ou seja, busca os significados relacionados ao que esteja constituído como turismo, quanto no nível das práticas e das relações sociais num determinado cenário. Cenário presente em um sistema local que segundo Bourdin (2001) se conforma então uma diversificação de campos de ação, tecnologia e de saberes. Segundo o autor, dentro deste sistema podem ser encontrados grupo de ações que se referem a concepções compartilhadas em razão de um forte referencial ou pelas pertenças que levam à adesões automáticas, conforme caso da Vila do Aventureiro. Por outro lado, pode-se encontrar cenários em que os atores sociais se individualizam. Neste momento, encontra-se uma diversidade de microgrupos de interesses que parecem não ter referências comuns. Fato que é identificado na Ilha Grande, em especial na Vila do Abraão.

Este artigo é inspirado em minha inserção na pesquisa de campo do doutorado, onde constato, durante as reuniões realizadas pela Prefeitura Municipal de Angra dos Reis para elaboração do Plano Diretor Municipal, em cada localidade da Ilha, que o turismo surge como atividade prioritária (para uns de forma inicial e para outros como prática já estabelecida) para a maioria das localidades como solução para a crise pesqueira e para falta de incentivo às atividades agrícolas de pequeno porte; e onde vivencio uma “Ilha Grande” dividida em diversas “outras ilhas”, identificada pelas várias comunidades distintas que conformam o chamado “Paraiso ecológico”. Não podendo, desta forma, ser vista como “a Ilha homogênea”, mas sim como várias construções sócio-culturais que conformam modelos de turismo tão diversos neste território, aqui representado pelos exemplos da Vila do Abrãao e da Vila do Aventureiro.

Os modelos de turismo apresentados pelas duas localidades, permeadas por uma lógica econômica, ditada pela introdução do turismo, tido como uma alternativa para o desenvolvimento local, se constituem em exemplos de populações que, segundo Shalins (1997) se distinguem entre si pelos modos específicos de viver. Ou seja, ao se inserirem em um processo global que exige novas adaptações aos sistemas impostos, inspirados pela noção



de crescimento e mercado, estas populações têm se apropriado, a seu modo, das imposições do mercado, transformando-as e fazendo uso delas de acordo com seus valores demarcados culturalmente (Sahlins, 1992, 1997 apud PRADO, 2003a). Presencia-se, então, uma ruptura com um modo anterior de vida essencialmente pesqueira e agrícola, o que, conforme Prado (2003a), impõe uma outra lógica na dinâmica socioambiental e cultural.

### **Ilha Grande - Que paraíso é este?**

Com seus 193 km<sup>2</sup>, a ilha é um dos maiores patrimônios naturais do Estado do Rio de Janeiro, reconhecida como um “paraíso ecológico” e um dos últimos locais preservados de Mata Atlântica no Brasil (LTDS/COPPE/UFRJ, 2004a). A ilha se destaca também, pelo Patrimônio Histórico, digno de preservação, devido à história penitenciária e à “cultura caiçara” local que abriga (EQUIPE IVT, 2004).

Porém, para ter a Ilha Grande como Estudo de Caso, é necessário reconhecer a própria diferenciação interna da Ilha, composta de várias comunidades diferentes. Dentre 19 comunidades (praias com moradores), podem ser citadas como exemplo da diversidade algumas, que se destacam do ponto de vista populacional e histórico: a Vila do Abraão, considerado a porta de entrada da Ilha, onde chegam e de onde saem as barcas, que fazem conexão com Angra dos Reis e Mangaratiba, e onde há mais concentração de pousadas e estabelecimentos comerciais; a Vila Dois Rios, onde era situado “o Presídio” (Instituto Penal Cândido Mendes), implantado em 1903 e demolido em 1994, ao qual se liga a própria história política do país, e cujos funcionários remanescentes ainda permanecem no local; Provetá, a praia onde se encontra uma população que se considera como “uma comunidade evangélica”, e a única que conseguiu manter-se vivendo da atividade pesqueira; e o Aventureiro, a praia que, ao mesmo tempo em que está localizada em uma Unidade de Conservação (Reserva Biológica da Praia do Sul), abriga a população que é considerada como a “mais caiçara” da Ilha e que na última década vem acolhendo, nos acampamentos domiciliares, um tipo de turista específico conhecido como “mochileiros” (PRADO, 2003a.)

A ascensão do turismo na região de Angra dos Reis se inicia com construção da estrada Rio–Santos (aberta em 1974) e com sua pavimentação, na década de 1980, o que proporcionou rápido acesso à região do Rio de Janeiro e de São Paulo (Luchiari, 1997 apud WUNDER 2006). Com a desativação do Instituto Penal Cândido Mendes (1940 – 1994) na Vila Dois Rios, a Ilha Grande começou a tornar-se gradualmente em destino turístico muito



procurado. Apesar da desativação do presídio em 1994 abrir possibilidades para uma expansão marcante do turismo, segundo Wunder (2006), esse processo já estava em andamento no início da década de 90. A partir de 1990, para atender ao crescimento da visitação, ergueram-se inúmeros empreendimentos turísticos, sem que esse processo tenha sido realizado com qualquer limite ou planejamento. Ou seja, no plano das ações concretas tem prevalecido os interesses imediatistas do setor privado (EQUIPE IVT, 2004).

A “explosão” do turismo na Ilha grande se caracteriza pelo fenômeno de turismo de massa característico do séc. XX, inserido dentro de uma relação de produção e consumo, descrito por Urry (1999, p.66) como “uma ilusão que destrói os próprios lugares visitados.” Pois segundo o autor, este fato acontece porque o espaço geográfico é uma fonte estritamente limitada.

O “paraíso ecológico”, chamado de Ilha Grande, foi foco de uma série de reportagens no Jornal O Globo (março/2005), onde é levantada a questão: “-Que paraíso é esse?” As reportagens citam que na Ilha, no século passado, “conviviam dois mundos antagônicos: o inferno do presídio cercado pelo héden da vida marinha”. Através desta citação levantam temas centrais de discussão: o processo de favelização; a luta da comunidade caiçara na Praia do Aventureiro; línguas negras presentes em treze praias; a cobrança de taxas para entrada de turistas e a privatização de praias. Isto reflete dois problemas centrais de discussão e enfrentamento da Ilha: problemas ambientais e turismo. Segundo Prado (2005) possível entender como “o turismo” ou a “questão ambiental”, apresenta menções sempre cruzadas com a questão do controle e com a história do mundo penitenciário que marca particularmente a Vila Dois Rios mas que se reflete na Ilha como um todo.

Surge, também, no local a idéia de “invasão” se manifesta por parte daqueles que se sentem como “do lugar”, por oposição aos outros que vêm chegando e se instalando em função do turismo. Este cenário é cercado de impasses e ambigüidades, sendo desejado mas também visto com muitas ressalvas. Isto retrata uma característica estrutural da vida local, que é a presença e a convivência de grupos tão diferentes, de atores sociais tão díspares, com atributos e interesses tão diversos; ou como outra característica estrutural, delineada entre “nativos” e “não-nativos”, que segundo Prado (2003b) adquirem uma significação especial no contexto local influenciado pelo turismo.

A Ilha Grande apresenta reflexos em várias localidades em relação à chegada do Turismo. Constata-se um confronto de saberes e lógicas, uma ruptura com os modos



anteriores de vida, pesqueira, o que significou a imposição de uma outra lógica na dinâmica socioambiental e cultural, atravessados por uma nova lógica econômica, ditada pela introdução do turismo. O turismo é encarado de uma forma ambígua. De um lado a ele é atribuído à responsabilidade por toda a mudança da vida local, do outro lado é valorizado pelas oportunidades ofertadas, principalmente pelo aumento de emprego e renda (PRADO, 2003a)

O crescimento do turismo na Ilha Grande leva à reflexão sobre os impactos provocados pela atividade turística sobre o local. É, neste caso, importante refletir sobre a valorização do espaço, promovida pelo turismo. Valorização que tem favorecido a reapropriação do espaço pelos setores economicamente privilegiados da sociedade: classes altas e empreendimentos comerciais (BARRETTO, 2000). Esta realidade também é apresentada por Luchiari (2000), pois a construção de espaços turísticos tem favorecido a formação de uma nova elite local, a intensificação da especulação imobiliária e uma revalorização seletiva do uso do solo urbano, no caso da Vila do Abraão. Em contraponto, no caso da Vila do Aventureiro, o modelo de turismo de base comunitária, em que os nativos são os idealizadores e gestores do modelo local, exemplifica uma outra prática possível.

#### **Vila do Abraão: nativos *versus* não-nativos**

A Vila do Abraão, localizada na porção nordeste da Ilha Grande, tem uma população que vive direta ou indiretamente do turismo, do comércio e do serviço público como atividade econômica, e da pesca e agricultura como atividades de subsistência (MELLO, 1997). Segundo Mello (1997) levantamentos realizados pelo Projeto Ilha Grande (1992) no Abraão, demonstraram que parte da população ficou desempregada por falta das fontes de renda oriundas de atividades como a agricultura, pesca, fábrica de sardinhas e estaleiro, se distribuindo nos últimos principalmente em empregos gerados pelo turismo e o serviço público. Esta caracteriza se mantém até hoje.

A Vila do Abraão é o principal porto da Ilha Grande, considerada a capital da Ilha. Local que oferece melhor infraestrutura, onde está instalada a maioria das pousadas e do comércio e é o ponto de partida para conhecer outras localidades da Ilha. Na Vila do Abraão são reconhecidas com mais clareza as traduções da chamada “explosão do turismo”, o que alguns consideram como um Abraão literalmente detonado” (PRADO, 2005), apesar de ter contigüidade com o Parque Estadual da Ilha Grande, sob gestão do Instituto Estadual de Florestas- IEF. A Vila apresenta, resumidamente, as seguintes características identificadas



por Rosane (2003b) e pelo diagnóstico desenvolvido pela equipe do Projeto Turismo Inclusivo (LTDS/COPPE/UFRJ, 2004b): é a mais populosa, com o maior grau de ocupação; apresenta população diferenciada; é a localidade mais exposta ao turismo, sendo considerada cosmopolita; parece um grande comércio “desvairado”; parece uma agência imobiliária (aluguéis de casas, *campings*, diárias pousadas); parece um canteiro de obras, com a construção de pousadas e, como constatação de pesquisa de campo, constata-se o crescimento populacional, o que resulta em um crescimento desordenado da Vila, caracterizada por muitos como a “favelização” do lugar. Constatamos, em pesquisa de campo, a migração, principalmente, de pessoas vindas da Paraíba e do sul da Bahia em busca de empregos gerados pelo Turismo. Nesse sentido é que o Abraão já é o exemplo do que ninguém quer que aconteça nas demais comunidades (PRADO, 2003a). Esta afirmativa é confirmada pelas declarações dos moradores de diversas comunidades durante as reuniões realizadas para elaboração do Plano Diretor da Ilha Grande iniciadas em maio deste ano. Um Abraão tido como “detonado”, apesar de ser representada pela idéia de um “paraíso ecológico”. Idéia exemplificada nos folhetos de divulgação e nos sites referentes ao lugar.

É observado um aumento do número de estabelecimentos comerciais voltados ao atendimento ao turista. Segundo Mello (1997), conforme as informações levantadas pela FLUMITUR (atual Turisrio – Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro) em 1988, foram registrados no Abraão, 2 hotéis, 2 “pousadas”, 2 *campings* e 1 restaurante. Em 2007, segundo um membro da Associação dos meios de Hospedagem da Ilha Grande existem cerca de 100 pousadas legalizadas. No site Ilha Grande.Org (2007) estão registrados: 15 *campings*, 8 casas para aluguel e 82 pousadas. Este aumento pela oferta de eleitos e a transformação física do Abraão é citado por Prado (2003a):

Uma observação que qualquer um pode fazer em relação à Vila do Abraão é que ela parece ao mesmo tempo uma agência imobiliária - com um anúncio a cada passo, de aluguel “por temporada”, de casas, quartos, “kitnetes”; ou placas com os preços das diárias dos *campings* e das pousadas - e um canteiro de obras - com construções, na maioria de dois andares, igualmente encontradas a cada passo ao longo de todos os percursos da vila. Se, de um lado, há sempre uma construção nova ou acréscimos nas casas e pousadas já existentes, indicando nitidamente uma expansão - que abrange ricos e pobres, nativos e não-nativos -, por outro lado, nas colocações de muitas pessoas de diferentes segmentos sociais, aparece uma preocupação com tal expansão: “alguém tem que dar uma trava”; “chega de pousada”; “tem que congelar”.

Prado (2003a) cita, também a idéia da Ilha vista como “invadida”. Registra-se o caso dos caiçaras que saíram, expulsos de diferentes praias pela especulação imobiliária, e



constata-se o caso dos que permaneceram e tentam adaptar-se e beneficiar-se com a nova lógica local imposta pela chegada do turismo. O olhar sobre esta idéia de “invasão” é bem exemplificada por Prado em relatos da pesquisa de campo com os moradores: "o cara de fora não pode chegar aqui e ficar querendo ditar regra (...) chegar aqui e querer mandar em tudo - igual os PM's faziam (ao se referenciar ao tempo do Presídio); o povo toma isso como uma coisa contra ele". Outro morador diz que: "a gente pode escolher: ser empregado do empresário de turismo; ou ser empregado do empresário de turismo".

Segundo Wunder (2006), após uma década de crescimento não-planejado do turismo, alguns interesses contraditórios se desenvolveram em torno do turismo na Ilha Grande, em particular do Abraão: “A disputa principal envolve proprietários de pousadas e seus sofisticados turistas, por um lado, e os proprietários de terrenos de *camping* e seus mochileiros, por outro.” Segundo ele, os grupos mais articulados, os donos de pousadas, com mais influência ganhou o apoio dos “ambientalistas” (autoridades do parque, ONGs e consultores) preocupados com os perigos da degradação da ilha. O grupo que apóia o turismo de baixo gasto é pequeno no Abraão, mas prevalece em outros lugares como, por exemplo, no Aventureiro. Atualmente, a relação entre donos de Pousadas e donos de *campings* (legalizados) é mais amistosa. Estes últimos inseridos oficialmente da cadeia de oferta local. Porém, os relatos de alguns empreendedores locais e de alguns representantes de entidades ligadas ao turismo, continuam ratificando uma visão delineada por Wunder, onde busca-se “qualificar o turista” que visita o Abraão, descartando a possibilidade de receber os que alguns deles denominam de “duristas”, aquele que não tem dinheiro, nem mesmo de pagar um *camping*.

Apesar de ser o turismo no Abraão considerado sem um planejamento e uma organização adequados, registra-se um grande número de segmentos que tentam se organizar em seus grupos de interesse com pouca articulação, interlocução e integração entre eles. Delineio aqui alguns segmentos organizados, sem incluir as organizações não governamentais e o poder público municipal e estadual: Associação de Moradores do Abraão – AMAIG (Associação de Moradores e Amigos da Ilha Grande), ABIG - Associação de Barqueiros da Ilha Grande (Abraão), Associação de Barqueiros Independentes, Associação dos Meios de Hospedagem da Ilha Grande (Abraão), Associação de Surfistas da Ilha Grande, Associação dos Artistas Plásticos e Artesãos do Abraão – AAPAA, Monitores de Trilhas (Abraão), Sociedade dos Veteranos do Abraão (Abraão), Ilha Grande Convention & Visitors Bureau.



Além destes, estão presentes outros segmentos, porém sem uma entidade representativa: Carreiros no Abraão, Comerciantes (restaurantes, padarias, lojas de *souvenirs*, artesanatos, blusas, etc.), agentes de passeios (barcos) e de aluguel de casas, pescadores, empresários e empreendedores.

### **Vila do Aventureiro: turismo *versus* unidade de conservação**

Em contraponto ao modelo de turismo estabelecido na Vila do Abraão, a Vila do Aventureiro cria um modelo que pode ser caracterizado como de base comunitária que tem na criação de uma unidade de conservação um elemento de conflito com os moradores e regulador do turismo. A criação de unidades de conservação tem sido um dos principais elementos estratégicos para conservação da natureza, em particular nos países do Terceiro Mundo. A concepção dessas áreas tem origem no séc. XIX, criada primeiramente nos Estados Unidos, com o objetivo de proteger a vida selvagem ameaçada, ou seja, ameaçada pela civilização caracterizada como urbano-industrial. Mais do que a criação de um espaço físico distinto, existe uma nova concepção da relação homem-natureza. Concepção de que a única forma de proteger a natureza é afastá-la do homem. Esta mesma lógica foi absorvida pelos países do Terceiro Mundo, inclusive pelo Brasil, que apresenta realidade sociocultural e ambiental distinta. Nesses países, nas áreas naturais, vivem populações (indígenas, ribeirinhas, de pescadores artesanais) portadores de uma outra cultura, chamada de trabalho tradicional, com seus mitos próprios e de relações com o mundo natural distintas daquelas existentes nas sociedades urbano-industriais (DIEGUES, 1998). No entanto, a legislação brasileira prevê, como nos Estados Unidos a transferência dos moradores destas áreas, que segundo Diegues (1998) vem sendo responsável pelo surgimento de uma série de problemas de caráter ético, social, econômico, político e cultural. Este pensamento ambientalista, segundo Prado (2003a), fomenta a percepção sobre as populações locais, nativas, como aquelas que apresentam atitudes e ações “não ecológicas”, ao invés de considerá-las portadoras de uma “ecologia nativa”, com uma visão particular e local.

Diante deste contexto, as populações locais têm sido negligenciadas do processo de tomada de decisão sobre o processo de criação e implantação das UCs. Processos de exclusão, desapropriação, restrição à utilização dos recursos naturais, que significam a garantia de sobrevivência dessas populações, levam a crises locais, em alguns casos à pobreza, e a



relações conflituosas entre diversos atores sociais. Conflitos permanentes entre as populações humanas e o atual sistema de áreas protegidas são instaurados (DIEGUES, 1994).

Neste contexto se insere a comunidade da Vila do Aventureiro, localizada na parte sul da Ilha Grande, voltada para o mar aberto com aproximadamente 800 m de praia (COSTA, 2004). No Aventureiro foram criadas duas unidades de conservação da natureza pertencentes à categoria de Proteção Integral: a Reserva Biológica da Praia do Sul (1981) e o Parque Estadual Marinho do Aventureiro (1990). A reserva biológica é de posse e de domínio público, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que se dispõe a lei. No Parque Estadual Marinho do Aventureiro ficam vedadas a exploração dos recursos naturais, especialmente a pesca, e qualquer atividade potencialmente poluidora. Serão permitidas a pesca artesanal, assim como, as atividades de pesquisa científica, turismo ecológico e de educação ambiental, desde que previamente autorizadas pela FEEMA.

Esta vila é habitada há cerca de 150 anos por uma população de agricultores pescadores tidos como “caiçaras”. A unidade de conservação em questão é uma reserva biológica, portanto, o tipo mais restritivo, na qual não é permitida a presença de moradores e nem de turistas. É importante destacar que a comunidade presente no local não está estabelecida no entorno da unidade, mas sim, dentro da área da reserva. Apesar disto, a localidade tem recebido um grande contingente de turistas, que representa, atualmente, sua principal fonte para sobrevivência. Por esta razão Catão (2004, p. 6) revela que

Esta população tem vivido, na prática, as conseqüências do embate teórico entre questões que mobilizam historicamente o ambientalismo. A visão biocêntrica e a que respeita a permanência da população local. Estas visões têm, entretanto, se atualizado. Paira ainda sobre a comunidade a ameaça de expulsão. Opiniões se dividem sobre quase todos os aspectos de sua vida atual, como se o simples fato de existirem em seu ambiente, herdado dos antepassados, fosse motivo de polêmica.

Com a diminuição da atividade agrícola e pesqueira, os moradores perceberam, o turismo, como uma nova oportunidade de trabalho e renda. O fato do turismo ser realizado de forma “reprimida”, por está localizado em unidade de conservação de proteção integral, a implantação da atividade ocorre de forma diferenciada dos modelos das outras localidades da Ilha. Quase todos os que trabalham com turismo são moradores nativos, exceto alguns caracterizados como novos residentes e de nativos ex-moradores, que retornam na alta estação (CATÃO, 2004). No Aventureiro, os únicos meios de hospedagem são os *campings*. Além



das áreas de *camping* nos terrenos das casas, destacam-se os serviços de transporte de turistas nos barcos e a venda de refeições e bebidas (CATÃO, 2004; WUNDER, 2006). Na vila, é a própria população nativa que organiza as atividades relacionadas com o turismo, partindo de sua experiência de vida, diferenciando o modelo local do restante da Ilha. Ou seja, conforme Prado (2005, p. 14) ...”é a única praia da Ilha que a comunidade local tomou inteiramente em suas mãos a condução do turismo que a li ocorre, totalmente a seu jeito.”

Apesar de ser possível perceber pequenas alterações nas moradias locais, a despeito das proibições de construir ou aumentar as casas, não são constatadas alterações significativas na paisagem. Conforme declaração de Catão (2004, p. 10):

As casas seguem o padrão de distribuição da vila caiçara, em que a maioria delas é protegida pela vegetação e interligada por uma rede de caminhos. Como os meios de hospedagem existentes não são fixos (barracas de *camping*), o turismo no Aventureiro assemelha-se a um cenário que se monta e desmonta periodicamente.

O grande conflito local surge com a criação da Reserva Biológica, categoria de Unidade de Conservação mais restritiva quanto à presença humana em seu interior. Por esse motivo, no momento de sua criação, foi prevista a retirada da população nativa, fato que não aconteceu, por decisão do próprio órgão gestor, a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente - Feema. Desde 1981, essa população tem tido que conviver com uma situação de “ilegalidade” e a tutela do órgão ambiental. Costa (2004, p. 30) concebe a tutela ‘como um mecanismo político de dominação, colocando as populações em estado de ilegalidade, constituído por condutas “anti-sociais”’. O tutelado necessita, então, de alguém que atue e decida em seu lugar.

O atual sistema, também impediu a chegada de serviços públicos como luz elétrica e telefone, além de outros benefícios que se contrapõem à legislação ambiental (COSTA, 2004). A população, que se auto-denomina “povo do Aventureiro” vive naquela região há pelo menos quatro gerações, como indicam os relatos orais de moradores e tem vivido com base em atividades específicas de atendimento a turistas (VILLAÇA & MAIA, 2006). Atividades que em alguns momentos são suspensas e impedidas pela fiscalização dos órgãos públicos.

No entanto, a população luta e resiste com o apoio de um grupo de pesquisadores que têm feito intervenções para a criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS no local onde está estabelecida a população. Dentro de uma incompatibilidade entre a lei e as práticas reais, como resultado de várias pressões e em atendimento à demanda local, é



consentida à população do Aventureiro a receber turistas por mais uma temporada. Foi implementado o plano de carga em comum acordo com a Prefeitura de Angra dos Reis, Ministério Público do Estado do Rio, a Procuradoria Geral do Estado do Rio, a Feema e a comunidade de Aventureiro, representada pela Associação de Moradores. O termo, com validade a partir do dia 26 de dezembro de 2006, delineia um acordo de capacidade de carga para a área destinada ao camping de 560 pessoas por dia e o número de campings em 18 no máximo (ILHA GRANDE.ORG, 2007).

É importante destacar que em 2000, a comunidade recebe um representante oficial com o surgimento da Associação de Moradores e Amigos do Aventureiro – AMAV. Esta associação surgiu devido à instauração de um processo civil público movido pela Associação Permanente de Defesa do Meio Ambiente - APEDEMA que apresenta como um dos objetivos o remanejamento da população da Praia do Aventureiro. A associação que surge com o objetivo de defender os moradores da possível processo de expulsão, se transforma em um canal de representação e participação da população (COSTA, 2004).

Apesar do conflito causado pela criação das Unidades de Conservação que afetam a Vila do Aventureiro, destaca-se a questão de Ferreira (2004) ao imaginar o que seria do Aventureiro, caso a Reserva Biológica deixasse de abrangê-lo, tornando o espaço vulnerável à especulação imobiliária.

### **Considerações Finais**

Como reflexão, não busco responder qual dos modelos apresentados seria o melhor, Vila do Abrão ou Vila do Aventureiro. O que busco neste artigo é indicar que os casos exemplificam que populações distintas trazem resultados que mostram “como diferentes povos se apropriam, a seu modo, das “imposições” do mercado, transformando-as, fazendo uso delas conforme seus valores e “interesses” demarcados culturalmente e “devolvendo-as” - se não confrontando, afrontando o sistema de modo inusitado.” (Sahlins 1992, 1997 apud PRADO, 2003a, p. 219). A reflexão, certamente, cumpre com uma necessidade vigente – compreender os sucessivos mal-entendidos e fracassos – nas políticas, programas e projetos de turismo propostos para a Ilha Grande, sendo vista, por muitos destes proponentes, como homogênea. Corremos o risco em pensar em a Ilha como homogênea, o que sugere o delineamento de projeto único para toda a Ilha. Ou seja, ao pensar no turismo e suas traduções locais na Ilha Grande significa conhecer as construções culturais locais distintas, tendo como foco a interação sociocultural instituída no local, de acordo com a diversidade de visões e



modos de vidas dos atores sociais que conformam a Ilha. Este relato me leva a citar a afirmação de Shalins (1990, p. 181/182):

... o uso de conceitos convencionais em contextos empíricos sujeita os significados culturais a reavaliações práticas. As categorias tradicionais, quando levadas a agir sobre um mundo com razões próprias, um mundo que é por si mesmo potencialmente refratário são transformadas. Pois, assim como o mundo pode escapar facilmente dos esquemas interpretativos de um dado grupo humano, nada pode garantir que sujeitos inteligentes e motivados, com interesses e biografias sociais diversas, utilizarão as categorias existentes das maneiras prescritas...

A escolha da Vila de Abraão para reflexão é um desafio. Me imagino estar sendo inserida em uma “Torre de Babel”, com atores tão díspares. A reflexão propõe tentar responder o tema problematizado por Rosane (2003b), no momento que percebe que as soluções para as questões do turismo são parte de uma configuração em que vários atores sociais estão em disputa, e que as razões apresentadas pela “questão turismo” sobre a vida dos nativos, traduzidos em planos diversos, parecem como “invasoras” na visão destes. Atores sociais em disputa por um lugar, por um benefício direto ou indireto no que eles vislumbam como a “única” alternativa para geração de emprego e renda, o turismo. Esta minha afirmativa é resultado da resposta que tive ao perguntar para um grupo de moradores da Vila do Abraão, reunidos durante a Reunião do Plano Diretor Municipal, se eles não indentificavam alguma outra alternativa para geração de emprego e renda sem ser o turismo. Recebí como resposta alguns minutos de silêncio profundo, seguidos por interrogações com a alternativa do artesanato e concluídos pela palavra não.

Em oposição a este modelo de desenvolvimento, a comunidade da Vila do Aventureiro criou seu próprio modelo de turismo de base comunitária, o que aqui delinheio como um processo de indigienização<sup>3</sup>, que surge em contraponto aos modelos de desenvolvimento caracterizados por ações de exclusão e a promoção do crescimento das desigualdades sociais. Estes modelo local de turismo foi construídos em um cenário de resistência para lutar contra alguns conflitos que surgiam relativos à terra, moradia e delimitado, principalmente, pelos limites estabelecidos pelas lei ambiental vigente no lugar, em defesa do lugar herdado.

Por esta razão destaco a declaração de Mclean (1989, *apud* Sahlins, 1992., p. 67)

<sup>3</sup> Sahlins denomina de “indigienização da modernidade”. A indigienização em oposição à globalização, tem como referência a forma pela qual os grupos humanos, nas instâncias locais, se apropriam de elementos externos, regidos por lógicas e sistemas vistos como impositivos e os transformam em favor de seus próprios referenciais culturais locais



Não se deve pensar que, nessa dialética global entre uma economia monetária capitalista e uma formação social local, haja qualquer necessidade histórica que a resolva por uma redução da economia local a uma espécie de simples reflexo da economia monetária. Para compreender a natureza dessa dialética local, o analista deve não somente considerar as características estruturais e ecológicas, mas também restituir às pessoas o estatuto de atores em seu próprio mundo, e considerar o significado dessas condições para elas; descobrir o que, de fato, informa suas respostas práticas e estratégicas às circunstâncias específicas que se apresentam.

Ter a Vila do Abraão como campo de reflexão e o turismo como foco é buscar examinar pequenos fatos e suas relações e compreender as estruturas sociais que sustentam o local, conforme citado por Mills (1969). É importante compreender, também, como cita Barth (2002, p. 137/138) que os atores sociais estão posicionados em determinado contexto:

em virtude de um padrão singular formado pela reunião, nessa pessoa, de partes de diversas correntes culturais, bem como em função de suas experiências particulares,...] A noção de posicionamento oferece uma maneira de juntar novamente o que nós desmontamos e de relacionar as pessoas às múltiplas tradições que elas adotam e que as impulsionam.

Associando o potencial turístico da Ilha com a necessidade de sobrevivência dos moradores, algumas ações efetivas devem ser tomadas para a obtenção de resultados mais sustentáveis não apenas do ponto de vista dos empresários, mas também da comunidade local. Cada uma destas comunidades deve entender qual é o projeto turístico ideal para o desenvolvimento local. Desenvolvimento local inserido na definição baseada, fundamentalmente, no aumento do poder endógeno como forma de possibilitar o desenvolvimento socioeconômico, a superação de limitações, a preservação do patrimônio natural e cultural e sua auto-gestão na busca da qualidade de vida dos atores sociais, sejam eles os considerados “nativos” ou os considerados “não-nativos”.

A reflexão deste artigo, afirma que a comunidade local representa capital social por essência. A investigação do papel do ator social no processo constitui-se, portanto tema essencial de pesquisa no âmbito das Ciências Sociais e elemento fundamental para a construção de estratégias de desenvolvimento local, pois conforma Barth (2002, p. 178):

Para situar-se em uma posição a partir da qual é possível descobrir parâmetros, padrões e focos significativos nesses sistemas desordenados, é recomendável começar não a partir de cima, mas a partir dos atores sociais, identificando suas atividades e redes – seguir os volteios (*follow the loops*).



## Referências bibliográficas

- BARRETTO, Margarita. As Ciências Sociais Aplicadas ao Turismo. In: SERRANO, Célia Maria de Toledo; BRUHNS, Heloisa Turini; LUCHIARI, Maria Tereza D.P. (Org.). **Olhares Contemporâneos sobre o Turismo**. Campinas: Papirus, 2000. p. 17-36.
- BOURDIN, Alain. **A questão Local**. Rio de Janeiro, DP&A, 2001.
- CATÃO, Helena & Carneiro, Maria José. Conservação ambiental, turismo e população local. I **Congresso Acadêmico de Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: CADMA EBAPE/Fundação Getúlio Vargas, 2004.
- COSTA, Gustavo Villela Lima. **A população do Aventureiro e a Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul: conflitos e disputas sob tutela ambiental**. ). Dissertação de mestrado: Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional/Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, 2004.
- DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- EQUIPE IVT. **Programa de Promoção do Turismo Inclusivo na Ilha Grande, RJ**. 12ª Edição. Caderno Virtual de Turismo – LTDS/COPPE/UFRJ (Junho 2004).
- FERREIRA, Helena Catão Henriques. **Redefinindo Territórios: preservação e transformação no Aventureiro – Ilha Grande (RJ)**. Dissertação de mestrado: Rio de Janeiro: UFRJ/ICHS/CPDA, 2004.
- ILHA GRANDE.ORG. **Aventureiro**. Disponível em: <http://ilhagrande.org/sys/s.ig?a=42>. Acesso em: 02/mar/2007.
- LTDS/COPPE/UFRJ. **Segunda Reunião de Trabalho: proposta e contribuições – Programa de Promoção de Turismo inclusivo na Ilha Grande**. Rio de Janeiro: LTDS/COPPE/UFRJ, 2004a.
- \_\_\_\_\_. **Diagnóstico com vistas para a promoção do Turismo Inclusivo na Ilha Grande - Produto 2: Consolidação Dos Pré-Projetos**. Rio de Janeiro: LTDS/COPPE/UFRJ, agosto/2004b.
- LUCHIARI, Maria Tereza D.P. (Orgs.). **Olhares Contemporâneos sobre o Turismo**. Campinas: Papirus, 2000. p.105-130.
- MELLO, Érika Alves de. **Turismo e Desenvolvimento Social na Vila do Abraão - Um Estudo Sobre a Modificação na Estrutura de Consumo**, 1997. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). UFRJ, Rio de Janeiro, 1997
- MILLS, W. A Imaginação Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- PRADO, Rosane. Tensão no Paraíso: Aspectos da Intensificação do Turismo na Ilha Grande. 7ª Edição. **Caderno Virtual de Turismo – LTDS/COPPE/UFRJ** ( Março, 2003a).
- \_\_\_\_\_. As espécies exóticas somos nós: Reflexão a propósito do ecoturismo na Ilha Grande. **Horizontes Antropológicos – Turismo, nº 20 ano 9**, Porto Alegre: UFRGS, 2003b.
- \_\_\_\_\_. **“Ecologia e turismo na Ilha Grande”**. Projeto apresentado ao CNPQ referente a pedido de Bolsa CNPQ (Agosto 2005) - Depto. de Ciências Sociais - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ
- SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção - Parte I. **Mana 3/2 (Estudos de Antropologia Social), abril/1997**. Rio de Janeiro: PPGAS, Museu Nacional, UFRJ/Ed. Contracapa, 1997a .  
93131997000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15/jan/2007.
- \_\_\_\_\_. Marshall. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- STEIL, C. Turismo como objeto de estudo no campo das ciências sociais. RIEDL, M., ALMEIDA, J. e VIANA, A. **Turismo rural. Tendências e sustentabilidade**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- URRY, J. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Studio Nobel/SESC, 1999.
- VILAÇA, Aparecida; MAIA, Ângela de Azevedo. O povo do Aventureiro In: PRADO, Rosane (org.). **Ilha Grande: do sambaqui ao turismo**. Rio de Janeiro: Garamon/EDUERJ, 2006. p. 59-104..
- WUNDER, Seven. Modelos de Turismo, florestas e rendas locais. In: PRADO, Rosane (org.). **Ilha Grande: do sambaqui ao turismo**. Rio de Janeiro: Garamon/EDUERJ, 2006. p. 133-190.